

A Escola Fluminense: Marcos Históricos e Oficiais

Lia Ciomar Macedo de Faria^(*)

Rosemaria J. V. Silva^(**)

Introdução

A escola pública é a maior invenção do mundo, aquela que permite que todos os homens sejam herdeiros das bases do patrimônio mundial mais importante que é a cultura (Darcy Ribeiro).

Tanto Anísio Teixeira como Darcy Ribeiro defenderam ao longo do século XX uma escola “civilizadora”, um sistema público de ensino nacional, transmissor da cultura brasileira ancorado em uma cultura cidadina de transmissão escolar.

A partir do século XVIII, com as revoluções burguesas, a sociedade ocidental transferiu a função de educar às instituições escolares. Cada vez mais o tempo das crianças é ocupado por esse espaço de transmissão do domínio da escrita para o exercício da criatividade letrada, dentro da língua vernácula. No entanto, no Brasil o mito da “escola pública para todos” ainda não se concretizou plenamente. Deste modo, os estudos no campo da História da Educação podem contribuir para uma análise mais aprofundada desse processo e sua genealogia.

Anísio Teixeira em várias ocasiões defendeu a necessidade de uma visão de totalidade acerca do sistema escolar brasileiro e de se ajustar tal sistema às perspectivas do desenvolvimento. Assim, criticou a escola de então, por seu caráter seletivo e propedêutico, meramente informativos. Em seu entendimento, a educação deve desempenhar função social importante na construção de uma sociedade democrática e também no processo de estabilização social.

Por outro lado, Darcy Ribeiro, que se dizia discípulo de Anísio, projetou o *constructo* de uma escola baseada nos princípios de uma educação integral e democrática, nos anos de 1980 no estado do Rio de Janeiro. Os Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPs, ficaram identificados como um dos marcos históricos da escola fluminense.

Os estudos sobre o tema pretendem lançar um olhar sobre a educação do nosso estado, a partir do seu discurso fundador ocorrido no momento da Fusão em 1975, dos dois

^(*) Pós-doutora em Ciência Política (IUPERJ) e professora-adjunta da Faculdade de Educação da UERJ e do Programa de Pós-Graduação (PROPEd/UERJ), procientista e pesquisadora do CNPq.

^(**) Mestre em Educação pela UERJ, professora-substituta da Faculdade de Educação da UERJ e professora-tutora do Curso de Pedagogia do CEDERJ.

ex-estados que lhe dão origem: a Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro, com a capital na cidade de Niterói.

O que se observa é que um dos recursos que vem sendo utilizado pelos historiadores se refere à periodização, com o intuito de melhor organizar o tempo delimitado para a sua investigação. Desde 1947, quando se constituiu a comissão que veio a elaborar o projeto da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), se estabeleceram disputas entre diferentes concepções pedagógicas, demarcadas por projetos políticos diversos dos intelectuais da educação. Para Demerval Saviani, 1947 se apresentou como o marco da predominância da Pedagogia Nova, quando então foi finalmente aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB 1961), implantada em 1962. Entre 1961 e 1969, se estabelece o período de crise da Pedagogia Nova, assinalando a transição para um outro modelo: a pedagogia tecnicista. Ainda para aquele autor, a fase até 1980 se caracterizaria então pela hegemonia da visão tecnicista, característica da pedagogia oficial do regime militar.

Portanto, o objetivo do presente estudo é analisar o pensamento educacional circulante nas instituições escolares fluminenses, recuperando em suas memórias alguns momentos históricos relevantes, tais como: os grupos escolares praianos; as políticas educativas do governo Lacerda nos anos 1960, na antiga Guanabara – atual cidade do Rio de Janeiro; as concepções pedagógicas da educadora Myrthes Wenzel no 1º governo da fusão com antigo estado do Rio de Janeiro e, por fim, o projeto do CIEPs, nos anos de 1980.

A Velha Província e o estado da Guanabara: memórias escolares

A construção da escola pública republicana no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro, sinaliza contradições e tensões pedagógicas que se ancoram nos debates que antecedem a promulgação da primeira LDB (1961). Neste contexto destacamos as Escolas Praianas no estado do Rio de Janeiro (anos 1950).

As escolas e grupos praianos foram criados em 1954, pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através da inspetoria das Escolas Praianas, visando ao atendimento das escolas na Região dos Lagos, onde se situavam naquela década as colônias de pescadores.

O que os estudos revelam, em particular, na dissertação da professora cabofriense Márcia Quaresma¹ é que o pensamento de Anísio Teixeira e o Manifesto dos Pioneiros (1932) alimentaram a visão educacional que dá origem às Escolas Praianas. Em sua

¹ Ver QUARESMA (2010).

investigação, a professora moradora do município de Cabo Frio, destaca as ideias do nacionalismo, do cientificismo e do desenvolvimento, como a base para a gênese daquelas instituições escolares, assim como para a própria reorganização político-administrativa da Secretaria da Educação e Cultura do antigo estado do Rio de Janeiro.

O atendimento às regiões rurais e depois às praianas daquele estado, objetivava atender ao direito à educação de acordo com as necessidades do meio geográfico, valorizando a cultura local. Também teve o intuito de inibir a migração daquelas populações para os grandes centros urbanos, evitando o êxodo rural. Outro aspecto apontado pela autora é a capacitação específica dos professores, reafirmando a busca por uma identidade própria e a valorização da história e da cultura dessas localidades. Ao longo da pesquisa, o estudo sinaliza também a preocupação do governador da época, Amaral Peixoto, com o atendimento educacional no antigo estado do Rio de Janeiro, construindo inicialmente escolas rurais, grupos escolares e escolas normais. Quanto ao Estado da Guanabara, no período do governo de Carlos Lacerda, no início dos anos 1960, foram criadas 261 escolas, 1885 salas de aula e 72 escolas de nível médio.

No entanto, as investigações sobre os anos de 1960, assinalam algumas contradições em relação às escolas particulares nas políticas guanabarinas. Os discursos do político nos debates da LDB em 1961 ficaram famosos, através de um substitutivo, conhecido pelo seu nome, substitutivo Lacerda. Em nome da liberdade do ensino, aquela LDB assegurou à iniciativa privada o uso de recursos públicos. Também foram ampliados os poderes do Conselho Federal de Educação, embora ainda coubesse ao Ministério da Educação a homologação dos atos mais importantes. Deste modo, o projeto privilegiou o pensamento dos políticos e educadores que defendiam o ensino particular leigo e confessional, o que demarca certa “rejeição” a essa primeira LDB por parte dos intelectuais da educação que, historicamente, lutaram pelo direito à escola pública. Ao mesmo tempo, Lacerda afirmou às vésperas da promulgação da lei que “a difusão do ensino não se fará, no Rio e em nenhuma parte, enquanto não for a escola uma obra de amor, a pedra de toque dos administradores”, considerando “a escola como centro de preparação do cidadão e do chefe de família e a universidade como centro de preparação das elites dirigentes”.²

Durante a sua campanha para governador, os periódicos desvelam o seu principal marketing, em matéria publicada logo no primeiro dia de campanha: “Lacerda fala aos favelados: não haverá ninguém sem escola quando eu deixar o governo” (30/05/1960).

² Consultar LAVRADOR (2011).

Naquele momento, a professora e deputada Sandra Cavalcanti se destacou como uma das principais defensoras das ideias de Lacerda em meio ao professorado daquele estado. Ao discutir o dispositivo Lacerda, afirmou que “as Diretrizes não querem acabar com escolas públicas (...), mas sim oferecer oportunidades iguais a todos os estudantes”. Em 02/06/1960, o futuro governador, no artigo “Isto, eu prometo”, ao comentar as prioridades de sua administração afiançava: “Prioridade nº 1: Educação primária, secundária, terciária e científica. Extinção do analfabetismo na Guanabara, construção de unidades escolares, apoio à iniciativa particular no ensino, juntamente, com aperfeiçoamento e prestígio do ensino oficial”. Para além do seu programa de governo se observam algumas ideias norteadoras: “Mudar para Salvar”, através do slogan “Escola para Todos”. Eleito governador, colocou em prática as escolas pré-fabricadas, instituindo o rodízio de folgas nas escolas, mantendo o terceiro turno e distribuindo bolsas de estudos em escolas particulares.

Ao mesmo tempo, no plano federal, o presidente Jânio Quadros aprovou, na IV Reunião de Governadores, as reivindicações apresentadas pelo governador guanabariano, financiadas pelo Fundo Nacional de Ensino Primário, além de outras verbas. A seguir, em janeiro de 1962 foi decretada em âmbito estadual a obrigatoriedade do ensino primário até os 14 anos. Neste mesmo ano já havia um total de 7.761 bolsas concedidas, que em 1965 se elevou para 45.900 bolsas, atendendo principalmente à clientela de ensino médio. Por fim, o que a pesquisa assinala é que tanto as políticas educacionais do governador Amaral Peixoto nos anos de 1950, no estado do Rio de Janeiro, como as de Carlos Lacerda na Guanabara nos anos de 1960, podem ser consideradas marcos históricos significativos na arqueologia da Escola Fluminense pós-Fusão.

Desta forma, as rupturas e permanências que “fundaram” as instituições escolares na década de 1980, sinalizam características de outro momento, do início da redemocratização do Brasil, após duas décadas de ditadura militar. Deste modo, oportunizou o surgimento de ensaios contra-hegemônicos também no plano educacional.

Instituições escolares e marcos pedagógicos

Um dia, quem sabe? Lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói, uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dois Estados, pois que somos todos fluminenses e esta cidade passará de Capital de si mesma a capital de um grande Estado único, a que se dará o nome de Guanabara (Machado de Assis, 1896).

Nos primeiros anos da década de 1970 o presidente Geisel sugeriu a fundação de um estado único do Rio de Janeiro, fruto da fusão da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro. Os estudos de Lobo e Faria (2004: 106) nos remetem ao tema, questionando: “Somos todos fluminenses, a partir da Fusão? Em que medida a educação poderia proporcionar o desenvolvimento?”

A ideia de progresso (desenvolvimento) constitui um dos elementos principais do novo estado (...). O *novo* é o desconhecido para cariocas e fluminenses (...). É outro, porque diverso do *antigo* (velho) e estagnado Estado do Rio de Janeiro e diferente da extenuada e esgotada Guanabara. (...) Outro, porque pólo, fonte e força geradora do desenvolvimento econômico. (Idem, 2004: 109).

Para Saviani (2008), a legislação do período militar apontava como princípios: eficiência, produtividade e racionalidade. O autor afirma ainda que a ênfase na produtividade se mantém até os dias atuais. Portanto, é ainda nesta conjuntura política que se funda o novo estado, iniciando seu primeiro governo com o Almirante Faria Lima que indicou a educadora Mythes Wenzel como secretária de Estado de Educação e Cultura (SEEC) daquela nova unidade da federação. Como as instituições escolares dos dois estados foram transformadas no *novo* e no *outro*?

O que se observa são marcas de ruptura e permanência que sempre circularam entre os dois sistemas públicos de ensino, assinalados quando enfocamos anteriormente, as políticas públicas dos governadores Amaral Peixoto e Carlos Lacerda. Há um *continuum* que aponta para as ideias de progresso e de desenvolvimentismo, assim como o reconhecimento do lócus escolar como sendo o território da “arte de civilizar” e, por conseguinte, de *salvar*. Salvar os índios, salvar as mulheres, salvar os pobres do Brasil... Neste sentido, como datar as marcas dos movimentos históricos em seus rituais de transição, destacando a presença e a participação de diferentes grupos de educadores e intelectuais comprometidos com a luta pelo direito à educação?

Naqueles anos de 1970, o desafio que se apresentava para Myrthes Wenzel foi o processo de organização do sistema estadual de ensino, visando a atender à exigência da escolaridade obrigatória (lei nº 5692/71). No entanto, a realidade era desoladora: altos índices de evasão escolar (81%), 30% de repetência nas séries iniciais, *déficit* de 8 mil professores, 320 mil crianças sem escola e inadaptação dos métodos e programas de ensino para atender aquele nova clientela escolar.

Ao mesmo tempo, as fontes investigadas revelam que a SEEC desenvolveu estratégias educativas objetivando reduzir as desigualdades sociais no atendimento escolar,

entre elas, “interiorizando a educação”, tendo como foco o meio rural até então historicamente excluído no acesso à escola pública.

Torna-se importante ainda ressaltar, durante esse período, a criação do Laboratório de Currículos (LC), principal órgão responsável pela pesquisa, formulação e implementação de propostas de renovação pedagógica. Tais concepções se inspiraram na década de cinquenta, no programa das cidades-laboratório desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão criado pelo INEP, durante a gestão de Anísio Teixeira.

Portanto, embora a SEEC adotasse medidas tendo por objetivo atender à lei 5692 (1971), que instituiu o ensino profissionalizante, não se pode afirmar que a concepção de Myrthes Wenzel e sua equipe, estaria enquadrada nos moldes do que Saviani denomina como pedagogia tecnicista. O governo que veio a suceder ao Almirante Faria Lima, no entanto, tentou se aproximar deste viés tecnicista adotando as concepções da pedagogia oficial do regime militar, no período de 1979-1983.

Ao longo do presente estudo, pretendemos sistematizar alguns marcos históricos e/ou marcas pedagógicas que facilitassem o entendimento da natureza e da função das instituições escolares no espaço fluminense. Por outro lado, consideramos teórica e metodologicamente a categoria das “territorialidades políticas”, tendo em vista que seus contornos definem também os modelos pedagógicos e/ou educativos.

Desta forma, considerando a obra de Saviani que analisa a periodização da escola brasileira, a partir de marcos pedagógicos, avançamos para a última seção deste estudo, os anos de 1980. Para Saviani, a fase até 1980 é dominada hegemonicamente pela visão tecnicista; neste ano irá ocorrer a primeira Conferência Brasileira de Educação (CBE), palco de duras críticas às políticas educacionais desenvolvidas durante o período militar. A seguir, para além do processo de redemocratização nacional, um novo caminho foi proposto pelos educadores, alicerçado na concepção crítico-reprodutivista, buscando alternativas. Assim, os anos de 1980 se caracterizaram por uma efervescência política e social, vivenciada pela esperança, em particular, na área da educação. O que se evidencia é a construção de um momento histórico muito participativo, envolvendo movimentos de alunos e de professores, embalados pelo sonho de uma escola pública democrática, como já haviam proposto Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, desde a primeira metade daquele século XX.

Neste quadro de intensa dinâmica política cabe ainda registrar a importância do I Congresso Mineiro de Educação, coordenado pelo educador Neidson Rodrigues³ e,

³ Ver ARAÚJO (2010).

paralelamente, o Encontro de Mendes, realizado no Rio de Janeiro por Darcy Ribeiro. No entanto, para Saviani (2008; 2009):

Essa hegemonia se deu apenas no plano da discussão entre as lideranças educacionais, no campo acadêmico das universidades. Do ponto de vista da organização das escolas, do funcionamento das grandes redes públicas, administradas pelas secretarias de Educação de vários estados e pelo Ministério, as ideias que permaneceram em vigor são no fundo produtivistas.

Portanto, o que justifica nossa pesquisa é a tentativa de recuperar a gênese e a arqueologia da Escola Fluminense pós-Fusão em meio aos “diversos ensaios contra-hegemônicos”, que provocaram os debates pedagógicos nos anos de 1980. Nossos estudos também analisam a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), buscando identificar traços das origens republicanas da escola pública brasileira e, de uma forma particular, no que diz respeito à questão do tempo e da educação integral.

Há que se considerar que os séculos XVIII e XIX foram político-pedagógicos por excelência e, os processos revolucionários daquela época afirmam a ideia da escola pública como “filha” da revolução burguesa. Dentro desse período, cabe ainda ressaltar a contribuição do movimento iluminista que defendia a transferência do controle da educação, até então pela Igreja, para o âmbito do Estado. A partir daquele momento, a escola pública, universal e laica, se firma em sua centralidade político-social, como estratégia e lócus de afirmação dos Estados nacionais, que se afirmavam, principalmente na França.

A partir destas reflexões, analisamos o pensamento de Darcy Ribeiro, discípulo de Anísio, como um intelectual apaixonado pelas *utopias do fazimento*, assinalando seu legado para o campo educacional. O que vem a reforçar a tese muito em vigor nos anos de 1980, da necessidade dos intelectuais brasileiros se comprometerem com uma intervenção direta na sociedade. Desta forma, o papel da instituição escolar se associava diretamente ao conceito de sociabilidade, através de uma pedagogia que valorizasse o indivíduo, mas ao mesmo tempo, desenvolvesse a consciência do ser social. Portanto, o caráter público de uma escola única, para todos, deveria ser assumido integralmente pelo Estado brasileiro através da plena sustentação financeira. Por outro lado, Darcy Ribeiro sempre destacou dois fatores que estiveram presentes na gênese dos CIEPs, no primeiro programa Especial de Educação (I PEE): uma concepção diferenciada de formação docente, que possibilitasse o surgimento de um novo professor para uma nova educação, e a importância desta escola pública, efetivamente democrática, acolher a diversidade educacional e humana.

Assim, o I PEE visava três objetivos principais: a prioridade no processo de alfabetização, a formação continuada dos professores e a reorganização do sistema público

de ensino. Dentro desse contexto se situavam os CIEPs. Em uma discussão que permanece atual, devemos refletir sobre o conceito de “integral” para Darcy. A defesa do direito democrático à educação se concretizava na formação completa do educando, em seus aspectos educativos, culturais e políticos. Tal projeto educativo exigiria uma jornada mínima de 8 horas. Logo, sua concepção político-pedagógica pressupõe dois sentidos: amplitude e tempo, ambos fundamentais ao processo educativo. Em discursos oficiais do governo estadual em que atuava Darcy – isto é o primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1986) no estado do Rio de Janeiro –, identificamos também a associação com a ideia de revolução, dentro de um projeto de nação brasileira. Ao mesmo tempo, tal visão de nacionalidade conduziria o país à inserção no mundo científico-tecnológico, pelo caminho da democratização do ensino, garantindo o exercício da cidadania para professores e alunos.

Ao fim, o que se observa ao longo desses estudos sobre a Escola Fluminense – suas memórias e descaminhos, é que o Estado brasileiro sempre foi permeado por uma disputa feroz pela alocação dos recursos públicos, no que tange ao financiamento da educação. A pesquisa também sinaliza que, embora os debates sobre Darcy Ribeiro e os CIEPs estejam ainda envoltos em muitas contradições, demarcados pela paixão política, dos prós e contras, não se pode negar a valorização dos espaços e anseios populares para este projeto, objetivando a recuperação de vozes antes silenciadas no processo de construção nacional, em particular, pelas duas décadas de ditadura militar. Encerro o texto evocando palavras-memórias daqueles dois intelectuais da educação – Anísio e Darcy, buscando, como afirma Ricoeur, uma “reconfiguração do passado” (Pesavento, 2004):

Há cem anos os educadores se repetem entre nós. Esvaem-se em palavras, esvaimo-nos em palavras, e nada fazemos. Atacou-nos, por isto mesmo, um estranho pudor pela palavra. Pouco falamos os educadores de hoje. Estamos possuídos de um desespero mudo pela ação.

Anísio Teixeira.

Tentei salvar os índios, não salvei. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se e fracassei, mas os fracassos são as minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.

Darcy Ribeiro.

Referências

- AQUINO, Rosemary Guimarães. *Políticas educacionais pós-fusão: a construção do CEE/RJ (1975-79)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.
- ARAÚJO, Ubaldo Dutra. *Niedson Rodrigues e o primeiro Congresso Mineiro de Educação: história, pensamento e ação na construção democrática dos anos 80*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

- FARIA, Lia; SOUZA, Silvio C. (org.). *Ecos e memórias da escola fluminense*. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.
- LOBO, Yolanda L.; FARIA, Lia. “Um dia, quem sabe? A educação e a construção do Estado único do Rio de Janeiro”. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UERJ, n.13-14, maio-dez. 2004, p. 103-122.
- LAVRADOR, Maria de Fátima. *Um olhar sobre a educação na Guanabara de Lacerda*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ/2011.
- PESAVENTO, Sandra. “Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades”. *Colóquio*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n°4, 2004.
- PINTO, Diana, et al. *Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública*. São Paulo: Loyola, 2000.
- QUARESMA, Márcia da Silva. *As escolas praianas no estado do Rio de Janeiro: o ideário republicano dos anos 50*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- SAVIANI, Demerval. “Entrevista”. *Carta na Escola*, edição n° 32, dez. 2008/jan 2009.
- _____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2ª Ed., 2008.
- VASCONCELOS, Celi; FARIA, Lia. *Histórias de pesquisa na educação – pesquisas na história da educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

Resumo: O presente estudo visa discutir os marcos históricos e os discursos oficiais que permeiam a construção da escola pública fluminense a partir dos anos 80. Desta forma, buscamos desvelar aspectos significativos da formação do pensamento educacional do estado do Rio de Janeiro naquele período.

Palavras-chave: História da educação fluminense; discursos oficiais e anos 80.

Abstract: This study aims to discuss the landmarks and official discourses that permeate the construction of public schools in Rio de Janeiro from 80 years. Thus, we reveal significant aspects of the training of educational thought of the state of Rio de Janeiro at the time.

Key-words: History of education of the state; official speeches and '80s.

Recebido em: 10/07/2012

Aceito em: 03/09/2012